

**Informe ao Conselho de Segurança pela  
Sra. Ameerah Haq  
Representante Especial do Secretário-Geral para Timor-Leste  
23 de Fevereiro de 2010**

Sr. Presidente,

1. Obrigada pela oportunidade que me concede de introduzir o relatório do Secretário-Geral sobre a Missão Integrada das Nações Unidas em Timor-Leste (UNMIT) (S/2020/85), sendo que esta é a primeira vez que estou diante do Conselho de Segurança na qualidade de Representante Especial do Secretário-Geral para Timor-Leste. Uma parte substancial do relatório é dedicada às conclusões e recomendações da Missão de Avaliação Técnica que visitou Timor-Leste entre 10 e 17 de Janeiro e que trabalhou em conjunto comigo e outros membros da liderança da UNMIT, assim como com a equipa das Nações Unidas para Timor-Leste. A Missão de Avaliação também consultou extensamente as autoridades de Timor-Leste e outras partes interessadas de todos os quadrantes políticos, incluindo a oposição e a sociedade civil. Registo com prazer a presença hoje, aqui, do Vice-Primeiro-Ministro de Timor-Leste, Sua Excelência José Luís Guterres. Gostaria igualmente de manifestar o meu reconhecimento pela forma calorosa como fui recebida pelo Presidente José Ramos-Horta, Presidente do Parlamento Nacional Fernando “La Sama” de Araújo, Primeiro-Ministro Kay Rala Xanana Gusmão e líder da oposição da Fretilin Mari Alkatiri, e pela concordância que todos manifestaram em prosseguirem os seus encontros regulares comigo numa base semanal. Também fui calorosamente recebida pelo Conselho de Ministros e por diversos segmentos da população de Timor-Leste, incluindo a sociedade civil e representantes da Igreja e das comunidades locais nos distritos de Díli, Lautém, Baucau e Oecusse, que visitei nas últimas semanas.

2. Embora só seja a Representante Especial há cerca de seis semanas, é por demais evidente que houve progressos notáveis no país desde os acontecimentos de 2006 que resultaram na criação da UNMIT. Existe em Timor-Leste uma vida cívica vibrante, com zonas comerciais activas em Díli e noutros centros urbanos. A taxa de criminalidade permanece baixa e tem revelado uma tendência decrescente ao longo do último ano, com uma média de 87 incidentes de segurança reportados semanalmente à polícia no período entre 24 de Setembro de 2009 e 20 de Janeiro de 2010, um valor inferior à média de 118 incidentes de segurança reportados semanalmente à polícia durante o período entre 9 de Julho de 2008 e 20 de Janeiro de 2009. Timor-Leste alcançou uma nova fase, em que existe uma preocupação acentuada com as medidas que são necessárias para sustentar a estabilidade, aprofundar a democracia e o Estado de Direito, reduzir a pobreza e reforçar as instituições. O país, sob a liderança dos seus dirigentes, está agora a trabalhar para consolidar os ganhos do passado e garantir uma transição suave para a fase de recuperação e desenvolvimento. Tal exigirá esforços continuados da parte dos leste-timorenses, assim como o apoio continuado da comunidade internacional. Os problemas

resultantes da crise de 2006 eram consideráveis, mas os desafios de longo-prazo que o país tem pela frente podem revelar-se de resolução ainda mais difícil.

3. É importante registar que muitas instituições do Estado demonstraram uma capacidade crescente, que beneficiou de uma melhor situação de segurança e estabilidade, da assistência prestada pelas Nações Unidas e outros membros da comunidade internacional e, fundamentalmente, do empenho dos funcionários trabalhando para as referidas instituições. Essas instituições incluíram, entre muitas outras, o Ministério da Solidariedade Social, os organismos de administração eleitoral e a Autoridade Bancária e de Pagamentos. Tal facto demonstra que, com esse empenhamento e a continuação da estabilidade, bem como com uma assistência internacional bem coordenada e orientada para objectivos específicos, as restantes instituições podem ultrapassar igualmente as fragilidades e desafios referidos no relatório do Secretário-Geral.

4. Os processos democráticos estão a amadurecer. Escusado será dizer que existem diferenças entre os partidos políticos, como sucede em qualquer democracia multi-partidária. Contudo, os desenvolvimentos ocorridos durante o período de reporte demonstraram um renovado empenhamento na expressão dos respectivos pontos de vista de um modo que não ponha em causa o processo de diálogo interactivo que é essencial para que prossiga a recuperação da crise de 2006. Os líderes políticos manifestaram uma genuína vontade de trabalharem em conjunto, sem olharem a diferenças partidárias, nas questões de importância nacional. A 1 de Fevereiro, por exemplo, e após vários meses de impasse, o Parlamento foi capaz de seleccionar o Presidente da Comissão Anti-Corrupção, que tomou posse a 22 de Fevereiro. Tal foi possível, em grande medida, devido à liderança demonstrada pelo Primeiro-Ministro Gusmão e todos os partidos políticos representados no Parlamento, que revelaram a sua vontade para avançarem numa questão que constitui uma prioridade nacional. Agora que a liderança demonstrou o empenhamento necessário para permitir que a criação da Comissão Anti-Corrupção avance, é essencial que os esforços sejam concentrados na construção de tal instituição – assim como de tantas outras – para aumentar a responsabilização, transparência e boa governação. Uma outra importante iniciativa no domínio da governação diz respeito à possível criação de municípios, aguardando-se neste momento esclarecimentos por parte das autoridades leste-timorenses em relação aos seus planos para a realização de eleições municipais. Embora todos os dirigentes políticos com quem dialoguei tenham manifestado a sua expectativa de que as mesmas serão intensamente disputadas, espera-se que elas decorram do mesmo modo pacífico que as eleições para os sucos.

5. O Presidente Ramos-Horta prosseguiu os seus importantes esforços para facilitar e encorajar o empenhamento conjunto dos líderes em questões de importância nacional. O Presidente informou-me que as suas reuniões conjuntas com o Primeiro-Ministro e o Secretário-Geral da Fretilin serão realizadas regularmente. Os esforços do Presidente também se estendem às comunidades e ele encontra-se regularmente com cidadãos comuns em Díli e nos distritos. As diversas iniciativas realizadas no quadro da sua campanha “Díli, Cidade de Paz” constituem uma manifestação admirável dos seus esforços pró-activos para estabelecer uma democracia estável e pacífica. É encorajador

6. A segurança e estabilidade a longo-prazo dependem do desenvolvimento de uma força nacional de polícia que seja profissional e imparcial e que opere no estrito respeito pelo primado da lei e direitos humanos. O processo realizado conjuntamente (*jointly-owned*) de retoma das responsabilidades primárias de policiamento por parte da Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL) vai exigir esforços continuados e concentrados para garantir a criação das bases necessárias para as actividades de mais longo-prazo de construção da instituição policial. A necessidade de criar tais bases enformou o trabalho de elaboração de critérios para a retoma de responsabilidades que foram comumente acordados. Acabo de receber relatórios de avaliação sobre os distritos de Díli e Ermera e a Unidade Especial de Polícia, preparados pela equipa conjunta de avaliação técnica, que inclui representantes civis e da polícia, tanto do Governo como da UNMIT. A equipa concluiu que Díli e a Unidade Especial de Polícia ainda não preenchem os critérios para a retoma das responsabilidades de policiamento, sendo necessárias mais medidas para reforçar as respectivas capacidades. Em contrapartida, o distrito de Ermera preenche tais critérios. Tal como é prática habitual, serão elaborados e implementados planos de acção para Díli e a Unidade Especial de Polícia, a fim de os preparar para a retoma de responsabilidades. Entretanto, o processo de retoma de responsabilidades mantém o seu curso. Todos os distritos foram avaliados e a PNTL reassumiu as responsabilidades primárias de policiamento em quatro distritos e três unidades, estando prevista para Março a retoma de responsabilidades em mais dois distritos, Baucau e Ainaro. Se for possível manter esta dinâmica de retoma de responsabilidades, e se a UNMIT e o Governo continuarem a concentrar esforços na prossecução dos critérios conjuntamente acordados e para garantir a integridade do processo de certificação, existe uma forte possibilidade de o processo de retoma de responsabilidades ser concluído até ao final de 2010. Neste sentido, chamo a atenção para o facto do relatório do Secretário-Geral sublinhar particularmente a necessidade do Governo lidar com os desafios logísticos que a PNTL enfrenta.

7. Estou determinada em fazer avançar este processo de retoma das responsabilidades de policiamento em estreita cooperação com o Governo de Timor-Leste, incluindo no quadro da equipa que começará a planear a redução dos efectivos da UNMIT no período que medeia entre o presente e 2012. Uma das minhas principais prioridades será a reconfiguração e reorientação da componente de polícia da UNMIT para os desafios que existirão no período pós-retoma. Tal incluirá o apoio ao desenvolvimento de mais competências entre os elementos da PNTL em áreas fundamentais como o uso apropriado de força, policiamento comunitário e investigação criminal. Os mecanismos de responsabilização da PNTL também devem continuar a ser reforçados para evitar que haja impunidade para actos impróprios cometidos por elementos da polícia. Na sequência de incidentes recentes em que alegadamente teriam sido cometidos abusos pela PNTL em Díli, foram iniciadas investigações de natureza disciplinar e criminal apropriadas. É encorajador registar que a liderança leste-timorense, bem como o Presidente do Parlamento, manifestaram a sua preocupação e solicitaram

8. À medida que o processo de retoma das responsabilidades de policiamento avançar e a polícia da UNMIT tiver crescentemente de concentrar a sua atenção no desenvolvimento institucional da PNTL, é provável que se tornem ainda mais evidentes as dificuldades que resultam da ausência de um número suficiente de formadores e assessores policiais especializados. Neste sentido, apelo aos países que contribuem com elementos para a componente policial da UNMIT que ponderem cuidadosamente este aspecto e que façam todos os esforços possíveis para fornecerem elementos policiais com as competências técnicas bem como a experiência de formação necessárias para que possa haver uma transferência efectiva de competências. Esta será uma área a que a UNMIT irá dedicar especial atenção, mas que terá de representar um compromisso conjunto das Nações Unidas e estados contribuintes. Tal como foi recomendado pela Missão de Avaliação Técnica e é enfatizado pelo Secretário-Geral no seu relatório, nos casos em que não for possível aos países que contribuem para a componente policial da UNMIT fornecerem elementos policiais com conhecimentos especializados, ou quando a continuidade de funções for particularmente importante, deverá ser considerada a possibilidade de recrutar pessoal civil adicional com os conhecimentos especializados adequados para prestar a assistência necessária.

9. Em relação ao sector da segurança, em termos gerais, existem questões pendentes particularmente críticas como a definição e delimitação claras dos papéis e responsabilidades da PNTL e das forças armadas leste-timorenses (F-FDTL) e o reforço das capacidades de fiscalização e gestão por elementos civis. Será por isso importante que o pacote de legislação sobre segurança nacional, actualmente em apreciação no Parlamento, e a legislação subsidiária sobre esta matéria que deverá ser preparada – bem como a Política de Segurança Nacional em preparação – lidem adequadamente com essas questões.

10. Os maiores desafios de longo-prazo que Timor-Leste enfrenta serão talvez os de natureza socio-económica. Foi com satisfação que registei que o Governo demonstrou mais uma vez o seu compromisso com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs) e com processos de planeamento coerentes, transparentes, coordenados e verdadeiramente apropriados (*owned*) pelos leste-timorenses. A 26 de Janeiro teve lugar a primeira reunião do Comité Directivo para os ODMs nacionais, presidida pela Ministra das Finanças. O Primeiro-Ministro está actualmente a liderar a preparação do Plano de Desenvolvimento Estratégico Nacional de médio- e longo-prazo. Espero que o início das consultas do Governo com as partes interessadas relevantes sobre o Plano proposto e a sua finalização tenham quanto antes, uma vez que será essencial garantir o alinhamento do Plano com as dotações do orçamento do Estado, bem como assegurar que as estratégias de assistência dos parceiros internacionais têm em conta tal Plano.

11. Nas visitas que realizei fora da capital, os membros das comunidades locais manifestaram o seu desejo de que os esforços de desenvolvimento cheguem mais eficazmente às áreas rurais. Os dirigentes leste-timorenses manifestaram idêntica

12. A construção de um Estado de Direito, com o devido respeito pelos direitos humanos, exige um compromisso no que se refere à responsabilização e independência judicial. A 15 de Fevereiro, mais dois acusados da violência ocorrida durante a crise de 2006 foram considerados culpados de violência contra pessoas e propriedade e a posse e uso ilegal de armas de fogo, munições e explosivos. Um dos acusados foi condenado a uma pena de prisão de oito anos e o outro a uma pena de seis anos e seis meses. Esta decisão é mais um passo, no domínio dos processos judiciais, para dar cumprimento às recomendações da Comissão Especial Independente de Inquérito. Nas minhas reuniões com as autoridades leste-timorenses, tenho continuado a reiterar a posição das Nações Unidas de que não pode haver amnistia ou impunidade para crimes graves tais como genocídio, crimes de guerra e crimes contra a humanidade. Embora o Presidente actuasse dentro das suas prerrogativas constitucionais, manifestei-lhe a preocupação de que os indultos concedidos a 25 de Dezembro de 2009 possam exacerbar percepções existentes sobre impunidade. Gostaria também de reiterar que os quatro elementos das F-FDTL que foram condenados por homicídio no incidente com disparos em que morreram oito elementos da PNTL em 2006, e dos quais um foi indultado e três viram as suas sentenças reduzidas, ainda não pagaram as indemnizações ordenadas pelo tribunal às viúvas das vítimas.

Sr. Presidente,

13. Gostaria de recordar que o relatório do Secretário-Geral e da Missão de Avaliação Técnica sublinham o desejo amplamente partilhado pelos líderes leste-timorenses e outras partes interessadas nacionais em todos os domínios de que a UNMIT continue presente no país, concentrando-se nas quatro áreas prioritárias que constam do seu mandato, durante o período crucial que vai até 2012. Tendo em conta as prioridades identificadas pela missão de avaliação para o período 2010-12 em cada uma das áreas prioritárias que constam do mandato da UNMIT, serão inevitavelmente necessários ajustamentos e refinamentos que tenham a conta a alteração e evolução das condições no terreno. Nos

14. Antes de concluir, permita-me que agradeça aos Representantes Especiais Adjuntos do Secretário-Geral, Finn Reske-Nielsen e Takahisa Kawakami, bem como a todos os funcionários da UNMIT e da Equipa das Nações Unidas para Timor-Leste, que têm sido tão determinados no seu apoio e esforços para assistir Timor-Leste. Quero igualmente manifestar a minha admiração pela determinação e vontade manifestadas pelo povo leste-timorense que continua a esforçar-se por construir um futuro melhor e pacífico para o seu país. Fico pois a aguardar as orientações do Conselho de Segurança, esperando que renove o seu compromisso com o povo de Timor-Leste.

Obrigada.